

GAZETA

Norte Mineira



ANO XXIII | Nº 6790

MONTES CLAROS, SÁBADO E DOMINGO, 16 E 17 DE JULHO DE 2022

@GAZETANORTEMINEIRA



Minas Gerais acelera e acaba de ultrapassar a histórica marca de 2,5 GW em operação da fonte de energia solar, somando as grandes usinas centralizadas (730 MW) e os pequenos e médios sistemas de geração própria em telhados e áreas de residências, condomínios, empresas e propriedades rurais (1,8 GW), 16,2% do total, aproximadamente.

POLÍTICA 4

Gil Pereira destaca que MG ultrapassa 2,5 GW em energia solar

ELEIÇÕES 10

Brasil tem 156,4 milhões aptos a votar nas eleições de outubro

Expectativa pela florada da aroeira no Norte de Minas

A produção do mel de aroeira tornou-se um dos grandes potenciais dos apicultores no Norte de Minas nos últimos anos, especialmente após a conquista da Indicação Geográfica, comprovando características terapêuticas deste mel e os vários benefícios à saúde, chamando a atenção do mercado mundial. Diversas cidades produtoras iniciam neste mês o preparo para a colheita da nova florada, que já começa a colorir o cenário de mata seca, tornando-o rico para as abelhas. Em média, são produzidas 400 toneladas por ano somente deste tipo de mel na região.

REGIONAL 9

Projeto de Lei para atendimento a idosos segue em tramitação na ALMG



O Projeto de Lei 2.82/20 de autoria do deputado Carlos Pimenta, recebeu parecer pela legalidade na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, CCJ. O PL dispõe sobre a inclusão de psicólogos no Programa Saúde da Família (PSF) para acompanhar as visitas domiciliares às famílias que tenham pessoas idosas.

POLÍTICA 4

REGIONAL 5

Prefeitura de Pirapora e Instituto Federal realizam formatura de alunos dos cursos técnicos

Prefeitura convoca mais de 27 mil famílias para atualizarem o CadÚnico

Atualizar os dados cadastrais dos grupos familiares para que eles não corram o risco de perder o Cadastro Único (CadÚnico) e os programas sociais do Governo Federal. Esse é objetivo da Prefeitura de Montes Claros ao convocar mais de 27 mil famílias do Município para atualizarem seus dados.

CIDADE 7

Campeonato Rural de Montes Claros começa neste domingo



O Campeonato Rural de Futebol de Montes Claros, o "Ruralzão", depois de dois, interrompido pela pandemia do novo coronavírus, está de volta neste domingo (17). A primeira rodada terá jogos nas localidades de Lagoinha, Facela, Samambaia, Barreiras, Nova Esperança e Santa Rosa de Lima. O Campeonato Rural é disputado há mais de 30 anos na cidade, em duas categorias (Aspirantes e Titulares).

ESPORTE 11

Cachaça é tema de festival em Salinas

Dar visibilidade às cachaças produzidas no Norte de Minas é o principal objetivo da 19ª edição Festival Mundial da Cachaça de Salinas que acontece até domingo (17). O evento é realizado pela Associação dos Produtores Artesanais de Cachaça de Salinas (Apacs) e terá workshop de tecnologia da cachaça do IFNMG, roteiro turístico, passeio ciclístico e shows.



REGIONAL 9

EM NOSSO FACEBOOK NOTÍCIAS DE MONTES CLAROS E REGIÃO @GAZETANORTEMINEIRA



Nômades Digitais – Planejamento migratório, trabalhista e fiscal

TAYNÁ BREGNOLI
ADVOGADA

Buscando adequar as tendências de trabalho remoto após a pandemia (ainda que ela não tenha acabado de fato), o governo brasileiro publicou a resolução CNIG nº 45, em 24 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a nova modalidade de visto temporário e autorização de residência. Trata-se da situação em que imigrantes trabalham de forma remota, com a utilização da tecnologia e da internet, para empregadores estrangeiros e desejam residir no Brasil.

Seguindo uma tendência mundial, haja vista que cerca de 25 países adotaram vistos específicos para nômades digitais, dentre eles, Estônia, Portugal, Alemanha, Espanha, México e Austrália e a nossa vizinha Argentina, o Brasil aderiu à regulamentação. A prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, em parceria com a Riotur, já oferece um programa de incentivos para hotéis e hostels com tarifas especiais para o cliente que aderir a pacotes de longa permanência.

A prática que já era bastante conhecida, mas foi potencializada na pandemia, deve ter alguns pontos de atenção. O primeiro deles se refere à legislação migratória local. Em geral, o prazo de estadia com um visto de visita, é de 90 dias, prorrogáveis por igual período, a depender da reciprocidade entre os países. Para períodos mais longos, é imprescindível que o migrante realize os procedimentos de regularização migratória, seja em repartição consular do Brasil no seu país de origem ou diretamente no Brasil, junto ao Conselho Nacional de Imigração - CNIG, mediante a apresentação de documentos que comprovem a sua condição de nômade digital, sendo eles:

- Declaração do requerente atestando a sua capacidade de trabalhar remotamente por meio de tecnologias;
- Contrato de trabalho ou de prestação de serviços ou outros documentos que comprovem o vínculo com empregador estrangeiro;
- Comprovação de meios de subsistência, devendo ser remunerado em montante mensal igual ou superior a US\$ 1.500,00 (mil e quinhentos dólares) ou disponibilidade de fundos bancários no valor mínimo de US\$ 18.000,00 (dezoito mil dólares).

• Demais documentos exigidos pela Legislação Migratória, como passaporte e antecedentes criminais.

O prazo para ser um migrante "nômade digital" no país será de até 1(um) ano, podendo ser prorrogado pelo mesmo período da autorização anterior.

De acordo com o § 2º do artigo 1º da Resolução Normativa CNIG n.º 45, não será considerado "nômade digital" o migrante que exerça atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício, para empregador no Brasil ou cuja autorização de residência para exercício de atividade laboral no País esteja regulamentada em outro normativo do CNIG. Nesse sentido, considerando que o vínculo deve ser formalizado com empresa estrangeira, o migrante que deseja permanecer temporariamente no Brasil trabalhando de forma remota não terá amparo na legislação trabalhista. Portanto, a empresa estrangeira que mantiver o "nômade digital" em território brasileiro deverá redobrar os cuidados para que não se caracterize o vínculo de emprego,

evitando, por exemplo, o contato presencial e recorrente em sede da empresa brasileira (se houver), além de evitar vinculação hierárquica à estrutura brasileira.

Para as movimentações nacionais, ainda que o termo "nômade digital" esteja em evidência, é necessário salientar que o colaborador vinculado à empresa brasileira deve sempre comunicar a organização sobre a sua atual condição de trabalho remoto, especialmente por conta das obrigações trabalhistas. A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) introduziu um novo capítulo na CLT dedicado exclusivamente ao tema (Capítulo II-A, "Do Teletrabalho", com os artigos 75-A a 75-E) e, recentemente, tivemos a publicação da MP 1.108/2022 que regulamenta as regras para trabalho remoto. Assim, tudo que envolve o trabalho a distância, em contratações formais, deve constar em contrato, tais como a ajuda de custo com internet, reembolsos de despesas, benefícios, fornecimento de equipamentos, segurança de dados etc.

Apesar dos pontos de atenção em relação às questões trabalhistas, é inegável que o nomadismo digital e o conceito de "anywhere office" trazem impulsos econômicos, criação de novos negócios e novos serviços, mas também geram obrigações de cunho fiscal. Sobre o aspecto fiscal, inclusive, é necessário ter cautela, já que dependem não só da lei do país de origem do migrante, mas também do país de destino.

Do ponto de vista fiscal, a legislação brasileira não distingue brasileiros e imigrantes, mas sim residentes e não residentes. Em regra, os imigrantes que se tornam residentes brasileiros para fins fis-



cais são tributados sobre sua renda global e estão sujeitos às mesmas deduções e isenções aplicadas para os demais residentes, que em alguns casos incluem as deduções de despesas médicas e gastos com educação pagos fora do Brasil, assim também como precisam declarar bens e direitos que possuem no Brasil e no exterior. Consideram-se residentes, de fato, as pessoas físicas que tenham efetivamente permanecido no país ou dependência por mais de 183 dias, consecutivos ou não, no período de até 12 meses, ou que comprovem que ali se localiza a residência fiscal habitual de sua família e a maior parte de seu patrimônio. Até o momento, não há nenhuma regulamentação da Receita Federal sobre a nova modalidade de visto.

Já os brasileiros que decidem viver no exterior devem fazer a Declaração de Saída Definitiva do País a fim de evitar a bitributação, a depender do período de estada do

país de destino. Ao encerrar a residência fiscal, cumprindo as diversas obrigações previstas em legislação específica, o contribuinte não estará obrigado a apresentar declarações de ajuste anual no Brasil enquanto mantiver a condição de não residência.

Em um mundo cada vez mais globalizado, com troca automática de informações e acordos internacionais, a probabilidade de as autoridades fiscais no Brasil receberem a informação de que seus residentes fiscais possuem ativos no exterior aumenta a cada dia, de sorte que podem lavrar autuações em que os contribuintes sequer tinham conhecimento de que a residência fiscal foi configurada. Logo, faz-se necessária a adoção de estratégias de mobilidade global acerca das normas migratórias, trabalhistas e fiscais com o intuito de mitigar riscos aos que desejam adotar o estilo de vida nômade.

O nomadismo digital ganhou

força com a pandemia e já soma mais de 35 milhões de adeptos pelo mundo. Segundo o Relatório Global de Tendências Migratórias 2022 divulgado pela Fragomen, é estimado que até 2035 existam cerca de 1 bilhão de nômades digitais.

Enquanto algumas empresas planejam um retorno ao trabalho presencial com a flexibilização das medidas de isolamento, outras perceberam as vantagens do trabalho remoto e continuarão permitindo que seus funcionários desempenhem suas atividades de casa ou de qualquer lugar do mundo. Dessa forma, em que pese as iniciativas relacionadas à regulamentação de visto temporário e autorização de residência para imigrantes que desejam se tornar nômades digitais no Brasil, ainda não há, por parte da Receita Federal, incentivos para que o migrante não seja tributado no país após o período de 6 meses, o que pode trazer insegurança jurídica, além de riscos ao profissional.

O desafio da mobilidade sustentável



Novos desafios para a indústria da mobilidade vêm se formando com uma sociedade cada vez mais consciente e exigente quanto à economia de baixa emissão de carbono. Historicamente as tecnologias e plataformas eram desenvolvidas na Europa ou nos EUA e adaptadas ao mercado latino-americano para atender às necessidades da região. Hoje a maior parte do mundo olha para o carro elétrico para reduzir as emissões, e logo esses centros de desenvolvimento na Europa e nos EUA não mais desenvolverão motores a combustão.

Porém essa estratégia deve ser diferente na América Latina, pois a descarbonização deve levar em conta a forma limpa como a energia para os veículos é gerada na região. O Brasil, por exemplo, possui cerca de 85% de energia limpa e também tem no etanol um combustível renovável consolidado e capaz de trazer imediatamente uma redução de

CO2, de cerca de 90% se comparado à gasolina.

Por isso, o desenvolvimento local de tecnologias à base de biocombustíveis é uma ótima opção complementar à introdução dos veículos híbridos e elétricos na região, além de constituir um forte agente visando ao desenvolvimento sustentável, social e econômico do país.

Além da mudança do comportamento do consumidor no que diz respeito à sustentabilidade, vemos também um consumo maior de serviços de mobilidade, como o transporte por aplicativo, assinatura ou aluguel de veículos, em detrimento à compra de um veículo. Ao mesmo tempo há uma exigência do consumidor latino-americano por veículos cada vez mais conectados e de alta tecnologia, oferecendo mais comodidade e proporcionando a criação de novos modelos de negócios.

Com isso os profissionais que trabalham no ecossistema da mobi-

lidade devem se qualificar a fim de estarem aptos a entender e atender a toda essa nova demanda de tecnologias e inovações. As empresas também precisam estar preparadas para uma nova cultura de trabalho, mais flexível, em que o colaborador tenha mais autonomia para desenvolver ideias inovadoras em termos de digitalização.

Com o tema Evolução e Revolução do Modelo mais Eficiente e Sustentável o 19º Fórum SAE BRASIL da Mobilidade trará especialistas de empresas do setor da mobilidade para discutir quais conceitos e tecnologias melhor atenderão à exigência de uma mobilidade mais sustentável e tecnológica. Serão nove painéis seguidos de debates sob as mais diversas perspectivas - Cenários Econômicos, Combustíveis Alternativos, Veículos de Passeio, Veículos Comerciais, Profissional do Futuro, Agrícola, Futuro do Motor Diesel e Mobilidade de Cargas Sustentável.

PABLO DI SI

CHAIRPERSON DO 19º FÓRUM SAE BRASIL DA MOBILIDADE

As leis municipais e o plástico de uso único

CAIO CESAR BRAGA RUOTOLO
ADVOGADOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO EMPRESARIAL E EM DIREITO CONSTITUCIONAL

A "inquirição contra o plástico de uso único" parece não ter fim, sendo que as investidas parecem que saíram do prisma do uso consciente de um produto fruto de anos de investimento em tecnologia em material inerte, com alto teor de reciclabilidade e/ou passível de recuperação energética, para o prisma político eleitoral.

A velocidade da propagação de notícias falsas relacionadas com o "meio ambiente" e o suposto vilanismo do plástico chega ao ponto de influenciar os legisladores que, na maioria das vezes, desavisados, iludidos e induzidos ao erro, produzem normas inconstitucionais inviabilizando setores inteiros e gerando desemprego.

Outra norma em discussão no Judiciário (STF) é uma lei municipal da cidade de Marília, interior de São Paulo, vale dizer, a Lei Municipal nº 7.282/2011, que estabelece, no âm-

bito do Município de Marília/SP, a obrigatoriedade de utilização, pelos estabelecimentos daquela localidade, de embalagens plásticas (sacolas e sacos de lixo) confeccionadas em material biodegradável ou reciclado, bem como estabelece os requisitos para que tais embalagens sejam consideradas compatíveis com o padrão estabelecido pela norma, como também que a participação do Poder Executivo na política fica restrita à fiscalização do cumprimento e aplicação das penalidades, de acordo com o contido nos seus respectivos artigos.

Referida norma afeta diretamente as empresas que fabricam máquinas para esse tipo de produto, pois ao proibir a utilização dos denominados "plásticos de uso único", na prática está inviabilizando a fabricação desses produtos e, por consequência lógica, a indústria brasileira de máquinas desses setores (plásticos). Neste

contexto a ABIMAQ apresentou manifestação no processo e que está no STF (RE Nº 732.686-SP), em sede de repercussão geral, cujo tema é o de nº 970, e visa a análise de inconstitucionalidades formal e material da lei municipal que dispõe sobre o meio ambiente.

A intenção é levar aos ministros do STF, maiores elementos e informações que possam contribuir com o debate da forma mais isenta possível, sem preconceitos, pois diante da sua importância como entidade de grande representatividade e relevância do setor de bens de capital no contexto da economia brasileira, qualquer decisão que o STF der ao caso, repercutirá na atividade econômica de grandes setores da indústria nacional.

A simples vedação de utilização/fornecimento de um produto estampada não é razoável nem proporcionada e contraria a Política Nacional de

Resíduos Sólidos que prevê a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, sendo um dever a sua implementação, de forma individualizada e encadeada, abrangendo fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. E, no âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular de serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal/estadual de gestão integrada de resíduos sólidos.

Leis que buscam vedar produtos legais, em tese, sempre terão um semblante de inconstitucionalidade, pois o verdadeiro vilão não é o plástico de uso único, mas sim o próprio poder público que é omissivo nas suas atribuições basilares de políticas públicas de

educação ambiental com relação ao uso e descarte consciente de produtos de plástico fabricados com o objetivo de descarte após o primeiro uso, além do cumprimento das diretrizes quanto ao incentivo e implantação da coleta seletiva nos municípios previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Plástico é um material versátil, constituído de polímeros que possuem duas categorias principais, aqueles que podem ser modificados sem danificar sua estrutura molecular, com a exposição ao calor (termoplásticos) e outros que terão sua organização molecular desestruturada quando submetidos a determinadas temperaturas (termofixos). Suas características físico-químicas, permitiram a maior conservação de alimentos, água, medicamentos, inclusive quando submetido a choques de temperatura (11).

Não há garantias de que as medidas propostas em legislações municipais e estaduais eliminarão as causas raízes que levam ao descarte irregular de resíduos sólidos, alcançando rios e mares. Proibições desse tipo com evidente ausência de embasamentos técnicos sobre sua eficácia e análise dos impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos materiais propostos para substituir o plástico (que podem proporcionar maior consumo de água e geração de efluentes, além de prejuízos à saúde pública) demonstra que estamos no caminho contrário ao que significa "Economia Circular".

A ausência por parte do poder público denota uma afronta ao art. 225, § 1º, VI, da Constituição Federal, que estabelece a promoção da educação ambiental e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente no Estado.

ALMG aprova alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal

Limitares do Supremo Tribunal Federal (STF) suspenderam, desde 2018, parcelas da dívida de Minas Gerais com a União que chegam a R\$ 40 bilhões, somados juros e multas. O impacto no caixa do Estado de uma eventual decisão que determine o pagamento imediato desse passivo é um dos principais argumentos do governo para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que tem gerado divergência entre os parlamentares.

Diante do impasse em relação à proposta do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou uma alternativa para o refinanciamento dessa dívida, que envolveu o trabalho conjunto de deputados e técnicos da Casa na busca por condições de pagamento mais razoáveis.

A preocupação com os efeitos das políticas públicas na vida dos mineiros, que caracteriza a atual legislatura, marcou também o primeiro semestre legislativo, que se encerra na segunda-feira (18/7/22). Outro destaque foi o fortalecimento das ações de fiscalização do Parlamento sobre o Poder Executivo.

PARCELAMENTO EM 30 ANOS

Apresentado pelo deputado

Hely Tarquínio (PV) e aprovado em maio no Plenário, o Projeto de Lei (PL) 3.711/22, que possibilita o refinanciamento da dívida e que deu origem à Lei 24.185, de 2022, permite o parcelamento em 30 anos e a supressão dos encargos de inadimplência (cerca de R\$ 9 bilhões), assim como correção e juros pelo IPCA + 4% ao ano, limitados à taxa Selic.

Essa possibilidade foi trazida pela Lei Complementar Federal 178, de 2021, que, no intuito de auxiliar estados e municípios durante a pandemia, promoveu a revisão do RRF, instituído em 2017. Para tanto, o Estado é obrigado a desistir de ações judiciais e voltar a pagar as parcelas que estavam suspensas.

EFEITOS DO RRF SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS GERAM DIVERGÊNCIA

O Regime de Recuperação Fiscal proposto pela União traz uma série de condicionantes para a adesão de Minas, como a privatização de estatais, a imposição de um teto de gastos que pode restringir investimentos em áreas essenciais, o congelamento de carreiras e salários de servidores e a proibição

de alterações na alíquota de impostos.

Para os parlamentares contrários à proposta, o RRF fere a autonomia do Estado, com a exigência de contrapartidas exorbitantes.

Como não há consenso entre os deputados sobre a adesão, a proposta ainda não foi apreciada e atualmente está trancando a pauta do Plenário.

“Não vamos dar um cheque em branco para ninguém. Não se trata apenas das carreiras, mas do serviço público de modo geral. Como vão ficar as políticas públicas?”, questiona o presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus (PSD), que cobra do governo a abertura para o diálogo com o Parlamento e entidades da sociedade civil.

ORÇAMENTO DE 2023 SERÁ DEFICITÁRIO

Outra importante matéria relacionada às finanças públicas apreciada pelos deputados neste semestre foi o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o PL 3.723/22, do governador, que vai orientar a elaboração do orçamento do Estado para 2023. Aprovada em junho, a proposição



Plenário da ALMG aprovou em maio projeto, já transformado em lei, que representa uma alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal

aguarda sanção de Romeu Zema.

De autoria do próprio governo, o projeto estima uma receita de R\$ 114,6 bilhões, frente à despesa total de R\$ 125,6 bilhões. Nessa perspectiva, o déficit previsto para o próximo exercício é

de cerca de R\$ 11 bilhões.

O Poder Executivo espera um aumento nominal de 18% na receita tributária em relação àquela estimada no ano anterior, sendo a maior fonte o ICMS, que, no fechamento de 2021, teve partici-

pação de 73% na arrecadação com impostos e taxas.

Das despesas projetadas, destacam-se os gastos com pessoal e encargos sociais, que representam 68% do total das despesas correntes do Estado.

Assembleia intensifica ações de fiscalização

WILLIAN DIAS



Assembleia Fiscaliza, que teve seu primeiro ciclo entre junho e julho, também mobilizou servidores

Um dos marcos da atual legislatura da Assembleia é o fortalecimento da função fiscalizadora do Parlamento mineiro. Neste mês de julho, foi finalizado o primeiro ciclo de 2022 do Assembleia Fiscaliza, iniciativa que consiste na convocação periódica de gestores estaduais para prestarem conta das principais ações do governo.

O primeiro encontro foi com o secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Barbosa, no dia 28 de junho. Ele foi questionado sobre o Regime de Recuperação Fiscal e a perda de arrecadação do Estado com a redução do ICMS sobre a gasolina, estabelecida por norma federal que classificou como essenciais, para fins de tributação, serviços relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte.

A reunião que fechou os encontros deste semestre foi com o secretário de Governo, Igor Eto, e a

secretária de Planejamento e Gestão, Luísa Barreto. Uma das principais cobranças dos deputados foi pela recomposição do efetivo das forças de segurança do Estado.

As audiências também mobilizaram servidores públicos estaduais.

FISCALIZA MAIS - O sucesso do Assembleia Fiscaliza deu origem a um novo modelo de monitoramento intensivo das políticas públicas, o Fiscaliza Mais.

No primeiro trimestre, cada uma das comissões da Assembleia selecionou um tema prioritário para acompanhar e avaliar durante todo o ano, com a utilização de indicadores específicos e estudos técnicos validados por reconhecidos institutos de pesquisa de dados.

Desde abril até setembro, estão sendo implementadas as ações previstas para que sejam analisados, em profundidade, os temas levantados.

Compõem esses planos de trabalho atividades como audiências públicas, visitas técnicas, processos participativos de escuta da população e requerimentos com pedidos de informação ou providências.

A distribuição do ICMS Esportivo, por exemplo, foi a temática escolhida pela Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, que realizou audiência sobre o assunto na segunda-feira passada (11).

Outra atividade no âmbito do Fiscaliza Mais foi a visita da Comissão de Agropecuária e Agroindústria à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em junho, que tratou das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

No último trimestre, cada comissão apresentará seu relatório final, com a avaliação dos resultados. As conclusões vão subsidiar, nos anos seguintes, os ciclos do Assembleia Fiscaliza. (Portal ALMG)

Debatedores criticam venda de refinaria da Petrobras em Minas Gerais

Representantes dos petroleiros criticaram nesta sexta-feira (15), em audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, a privatização da Refinaria Gabriel Passos (Regap), da Petrobras, que está sediada em Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte.

A refinaria faz parte do plano de desinvestimentos da estatal, que inclui a venda de diversos ativos no Brasil e no exterior. O debate foi proposto pelo deputado Rogério Correia (PT-MG).

Ele disse que há uma preocupação em Minas de que a venda da empresa crie um monopólio privado regional, com prática de preços abusivos - a Regap responde por 66% da gasolina e diesel comercializados no estado. Situação semelhante ocorreu na Bahia, segundo Correia, após a privatização da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), em 2021.

“Há uma preocupação grande do povo mineiro em relação a esse processo de privatização da Regap. Há uma preocupação de aumento de preços, que já não estão baixos, da gasolina, do diesel”, disse Correia. O debate não contou com a presença de deputados da base governista.

MONOPÓLIO PRIVADO - A preocupação do deputado é corroborada pelos sindicalistas convidados à audiência pública. O coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores

na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo no Estado de Minas Gerais (Sindpetro-MG), Alexandre Finamori, afirmou que a possibilidade de criação de um monopólio privado já foi atestada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em estudo divulgado recentemente.

Segundo o tribunal, há risco considerável no curto prazo de formação de mercados pouco competitivos logo após a saída da Petrobras do refino, com possibilidade de aumento de preços para os consumidores. “Não há nenhum estudo, feito por ninguém, que leve a uma análise clara de que vai ter competitividade, vai ter redução de preço”, disse Finamori.

O coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, também rebateu o argumento dos defensores da privatização das refinarias de que a transferência dos ativos para as mãos privadas vai aumentar a competitividade no setor, reduzindo os preços para o consumidor.

“A Regap é importante para o estado de Minas Gerais. Se for privatizada, vamos ter preços ainda mais altos e desabastecimento de combustível”, disse. Ele afirmou ainda que o setor privado não fará os investimentos esperados pelo governo. “Desde a quebra do monopólio [1997], nenhuma refinaria foi construída pelo capital privado”, afirmou Bacelar.

ACORDO - O representante da Petrobras no debate afirmou que a venda da Regap faz parte de um acordo fechado em 2019 pela Petrobras com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para encerrar uma investigação sobre conduta anticompetitiva da estatal no setor.

Pelo acordo, a petrolífera se comprometeu a vender oito das suas 13 refinarias. Segundo Eric Futino, gerente geral de Planejamento Logístico da Petrobras, a decisão não significa que a companhia vai abandonar a atividade de refino.

“A Petrobras tem uma atuação estratégica no refino e ela é consistente com a priorização das atividades de exploração e produção no pré-sal, nas bacias de Campos e Santos e com a integração logística das refinarias de São Paulo e do Rio de Janeiro”, disse. Ele afirmou ainda que a estatal está investindo na modernização das refinarias que permanecerão sob seu controle. “Isso vai garantir maior qualidade de produtos para a população e maior quantidade para o País”, disse Futino.

ESTRATÉGIA - Também presente ao debate, o pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), Eduardo Costa Pinto, afirmou que a Petrobras está passando por um processo de privatização “por dentro”, por meio da venda de

ativos.

De 2016 até o primeiro trimestre de 2022, segundo ele, a estatal se desfez de 46 ativos, arrecadando R\$ 145 bilhões (ao preço de 31 de março). “Existe uma estratégia política de encolher a empresa. É necessário

mudar essa gestão de portfólio e colocar a Petrobras no centro da política energética”, defendeu.

REUNIÃO- Na primeira semana de agosto o deputado Rogério Correia e os sindicalistas deverão se

reunir com técnicos do TCU para discutir o andamento dos processos em tramitação na corte que analisam o plano de desinvestimento da Petrobras. A reunião deverá ser feita no gabinete do deputado, em Brasília. (Agência Câmara)

ELAINE MENKE/CÂMARA DO DEPUTADOS



Rogério Correia: “Há uma preocupação de aumento de preços”

“Minas Gerais bate novo recorde nacional de 2,5 GW em energia solar”, destaca Gil Pereira

Milhares de empregos, renda, energia limpa e aumento na receita dos municípios, recursos que vão para saúde, educação, asfalto e apoio ao produtor rural



Milhares de empregos, renda, energia limpa e aumento na receita dos municípios

Minas Gerais acelera e acaba de ultrapassar a histórica marca de 2,5 GW em operação da fonte de energia solar, somando as grandes usinas centralizadas (730 MW) e os pequenos e médios sistemas de geração própria em telhados e áreas de residências, condomínios, empresas e propriedades rurais (1,8 GW), 16,2% do total, aproximadamente. Salto de crescimento após ter atingido 2 GW apenas há oito meses.

Somente entre 2019 e 2022, o Estado recebeu mais de R\$ 50 bilhões em projetos fotovoltaicos

de geração centralizada (GC) e geração distribuída (GD), segundo informou a secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG). Do total de 853 municípios mineiros, mais de 99% têm GD fotovoltaica, segundo a Absolar. A geração centralizada, que envolve grandes cargas e parques solares, está concentrada no Norte de Minas.

Na geração centralizada, quando considerados também os projetos em implantação, o Estado também lidera o ranking solar no país. Segundo a Aneel, ao todo

são mais de 27,3 GW de potência em desenvolvimento, referentes à potência outorgada para grandes usinas fotovoltaicas.

EMPREGOS E RECURSOS APLICADOS - “É o melhor Estado para se investir, especialmente na região Norte, que lidera também a geração centralizada (grandes usinas e fazendas solares). Significa mais empregos locais e de qualidade (diretos e indiretos), investimentos privados e aumento das receitas municipais, recursos revertidos em serviços à popula-



Luta travada por Gil Pereira pela inovadora legislação mineira de incentivo ao setor explica o excelente resultado alcançado por Minas Gerais

ção”, apontou Gil Pereira.

E completou: “Destacam-se usinas gigantes em implantação, como as de Janaúba, Jaíba, Pira-pora e Francisco Sá. Com aportes, sobretudo no nosso Norte de Minas Gerais, mantivemos a liderança nacional, graças à eficácia da política de incentivo da Comissão das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, que presido na Assembleia”, explicou o deputado Gil Pereira (PSD).

ECONOMIA NA CONTA E MATRIZ ENERGÉTICA - “Orgulho

em fazer parte dessa conquista! Resultado de um amplo trabalho que visa a Minas Gerais do futuro. Fruto de muito esforço ao longo da última década, da luta que travei pela inovadora legislação mineira de incentivo ao setor, com leis de minha autoria, especialmente a Lei nº 22.549/17, primeira no país, que isenta do ICMS usinas até 5 MW, beneficiando sistemas de pequeno e médio portes (micro e minigeração)”, declarou Gil Pereira.

Destaca-se, ainda, sua incansável cobrança pela realização de leilões federais para implantação

dos grandes parques e das usinas solares, além das necessárias linhas de transmissão de energia, que viabilizaram o salto da geração centralizada registrado na última década, no Norte de Minas.

“Minha luta para o avanço das fontes renováveis sempre teve estes objetivos: gerar empregos, renda, energia limpa, desenvolvimento sustentável, diversificação da matriz energética, além de garantir economia na conta de luz dos consumidores”, afirmou Gil Pereira. (CARLOS HUMBERTO – Colaborador)

Projeto de Lei para atendimento a idosos segue em tramitação na ALMG

O Projeto de Lei 2.82/20 de autoria do deputado Carlos Pimenta, recebeu parecer pela legalidade na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, CCJ. O PL dispõe sobre a inclusão de psicólogos no Programa Saúde da Família (PSF) para acompanhar as visitas domiciliares às famílias que tenham pessoas idosas.

Voltado para a obrigatoriedade

da presença de, pelo menos, um psicólogo nas equipes da Saúde da Família, o Projeto de Lei tem em sua justificativa, a situação que a pandemia de coronavírus – Covid-19, deixou nas pessoas, atingindo emocionalmente e psicologicamente toda população mundial, porém, “os idosos estão sendo as principais vítimas devido ao isolamento social”.

De acordo com Carlos Pimenta, “os idosos, na quase totalidade, vem apresentando depressão, ansiedade, medo e angústia, tornando-se necessário o acompanhamento psicológico e emocional do setor público de saúde, o que contribuirá para diminuir os impactos dos idosos que vivem em Minas Gerais”, pontua.

O relator do projeto, deputado

Gláycen Franco, votou pela legalidade da matéria na forma do substitutivo nº 1, que apresentou. Com a aprovação do parecer, a matéria seguirá agora para as Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), antes de ser votada em 1º turno pelo Plenário.

De acordo com o relator, a proposição poderia ferir o princípio

da separação de Poderes ao dispor sobre ação administrativa do Poder Executivo, sendo que compete aos municípios, no âmbito da organização do Sistema Único de Saúde (SUS), a responsabilidade pela contratação de profissionais e pela instalação das unidades de saúde para as equipes de Saúde da Família.

Porém, tendo em vista que o

artigo 230 da Constituição Federal prevê o amparo às pessoas idosas, preferencialmente em seus lares, o relator aponta que apresentou o substitutivo nº 1 para corrigir os vícios do projeto. O novo texto insere na Lei 16.279, de 2006, o direito ao atendimento psicológico nas visitas a famílias que tenham pessoas idosas. (MARGARIDA MAGALHÃES – Colaboradora)

Congresso derruba veto e restabelece compensação aos estados por perdas com ICMS

O Congresso Nacional derrubou vetos sobre a compensação a ser paga pelo governo federal aos estados pela perda de arrecadação do ICMS, medida prevista no Projeto de Lei Complementar 18/22.

O projeto determina a aplicação de alíquotas de ICMS pelo piso (17% ou 18%) para produtos e serviços essenciais quando incidente sobre bens e serviços relacionados aos combustíveis, ao gás natural, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo.

Com a derrubada dos vetos na quinta-feira (14), serão incorporados à Lei Complementar 194/22 itens que tratam da compensação aos estados, por meio de descontos em parcelas de dívidas refinanciadas desses entes federados junto à União.

Assim, essa compensação será com base na queda de arrecadação do total de ICMS em comparação com 2021 e não apenas quanto ao ICMS desses produtos e serviços, valendo para estados que tenham dívidas refinanciadas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal.

Outra forma de compensação que passará a valer permite aos estados e

ao Distrito Federal deixarem de pagar parcelas de empréstimos que contem com aval da União sem mesmo ser necessário um aditivo contratual, inclusive para operações internacionais.

Para aqueles estados sem dívida perante o Tesouro Nacional, com empréstimos avalizados pela União ou mesmo se o saldo das dívidas não for suficiente para compensar integralmente a perda, o texto permite a compensação em 2023 por meio do uso de parte da arrecadação da União obtida com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

Esse royalty sobre mineração arrecadou, em 2021, R\$ 10,2 bilhões, dos quais 12% ficaram com a União.

Os parlamentares retomaram ainda trecho que determina aos estados repassarem aos municípios a parte que lhes cabe, segundo a Constituição, da arrecadação do ICMS frustrada e compensada pela União.

Os estados nessa situação e também os que já tinham, antes da conversão do texto em lei, alíquota do ICMS sobre os produtos e serviços tratados pelo projeto no piso fixado terão prioridade na contratação de

empréstimos em 2022. Entretanto, o projeto não especifica que tipo de empréstimos está abrangido.

NAFTA - Outro dispositivo que será incorporado à lei permite às refinarias contarem, até 31 de dezembro deste ano, com suspensão do pagamento de PIS/Cofins e PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação na compra de nafta, outras misturas, óleo de petróleo parcialmente refinado, outros óleos brutos de petróleo ou minerais (condensados) e N-metilalanina.

SAÚDE E EDUCAÇÃO - Para outra sessão do Congresso, ficaram trechos desse veto destacados pela oposição e que determinam aos estados e municípios repassarem para a saúde e a educação os recursos obtidos na forma de compensação a fim de manter o cumprimento dos gastos mínimos previstos constitucionalmente.

Caso as compensações não sejam suficientes, esses dispositivos garantem uma compensação da União para manter as aplicações existentes antes da lei. O PLP 18/22 é de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE).

RECICLAGEM - Quanto ao projeto de lei que cria uma política de incentivo às atividades voltadas à reciclagem (PL 7535/17), de autoria do deputado Carlos Gomes (Republicanos-RS), o Congresso rejeitou vetos a dispositivos que permitem à pessoa física e à pessoa jurídica deduzirem, do Imposto de Renda devido, quantias direcionadas a projetos de reciclagem aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente.

Os índices serão de 1% para pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real e de 6% para pessoas físicas.

Será incorporado ainda à Lei 14.260/21 a lista de tipos de projetos que poderão ser bancados, como:

- pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- implantação e adaptação de infraestrutura física de microempresas, de pequenas empresas, de indústrias, de cooperativas e de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- compra de equipamentos e de veículos para a coleta seletiva, a reutilização, o beneficiamento, o tratamento e a reciclagem de materiais pelas indústrias, pelas microempresas, pelas pequenas empresas, pelas cooperativas e pelas associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- organização de redes de comercialização e de cadeias produtivas;
- fortalecimento da participação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem;
- desenvolvimento de novas tecnologias para agregar valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis.

MICROGERAÇÃO - No terceiro



R\$ 4,75

Cotação DÓLAR - REAL



R\$ 5,16

Cotação EURO - REAL



R\$ 7,59

Gasolina



R\$ 6,99

Diesel comum



R\$ 4,99

Etanol



Máx.: 33°
Min.: 21°

Temperatura



18h

Fechamento

Prefeitura de Pirapora e Instituto Federal realizam formatura de alunos dos cursos técnicos

Na noite desta quarta-feira (13/07), foi realizada a formatura dos alunos dos cursos Técnico em Secretária Escolar e Técnico em Serviços Públicos, no auditório Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG, em Pirapora. A oferta dos cursos é viabilizada com a parceria da Prefeitura de Pirapora, através da Secretaria Municipal de Educação (Semed), conduzida pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD do IFNMG (Campus Pirapora).

A vice-prefeita e secretária da Família e Políticas Sociais, Anamaria Burle, representou o prefeito Alex César na solenidade, que também teve na mesa de honra, a secretária regional (SER) Elaine Corgosinho, a coordenadora do

pólo avançado do IFNMG Pirapora (sediado na Escola Municipal Dr. Otávio Vieira Machado), a professora Juliana Nunes Miranda Santos, o professor Flávio Augusto Maia Santiago - representante do NEAD, o coordenador dos Cursos Técnicos do IFNMG, professor Doutor André Lacerda, o diretor da Escola Municipal Dr. Otávio, Rodrigo Evangelista, a diretora pedagógica da Semed, Ângela Bessa (que representou a secretária de Educação Jacqueline Guimarães) e o Diretor Geral do IFNMG professor Doutor Wallace Magalhães Trindade.

Em suas considerações, a vice-prefeita valorizou a conquista dos formandos e destacou que, “o conhecimento é o principal patrimônio de uma pessoa, já

que é a única coisa que ninguém consegue tomar, depois de conquistado”. Em nome do prefeito, Anamaria Burle parabenizou os novos profissionais, ressaltando que a gestão tem trabalhado para ofertar novas oportunidades para a população, seja através da qualificação da mão de obra ou com a ampliação do mercado de trabalho.

Após as homenagens da Semed aos profissionais, os juramentos dos alunos e a entrega dos canudos, o diretor do IFNMG agradeceu a Prefeitura de Pirapora por mais uma parceria de sucesso, na oferta e consolidação da educação profissional em Pirapora, com o empenho de toda a equipe da Secretaria de Educação. (HEBERT VINICIUS - Colaborador)



TRT-MG lança edital para formação de cadastro de reserva de estagiários

O TRT-MG, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais – CIEE/MG, nos termos da Lei nº 11.788/2008 e da Resolução CSJT nº 307/2021, torna pública a realização de processo se-

letivo visando à formação de cadastro de reserva para estágio remunerado de estudantes de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de graduação.

As inscrições poderão ser feitas

no período de 20/7/2022 a 19/8/2022 pelo site do CIEE. A seleção consistirá em prova objetiva a ser realizada por meio eletrônico. O candidato poderá acessar a prova on-line no mesmo período disponibilizado para

as inscrições. Os estudantes serão convocados conforme a ordem de classificação e de acordo com as necessidades do TRT-MG, no período de validade do processo seletivo.

O regime do estágio é de 20 (vin-

te) horas semanais e os valores da bolsa-estágio são os seguintes:

- a) Educação profissional técnica de nível médio: R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês; b) Graduação: R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais)

por mês.

O estagiário terá direito ao auxílio-transporte de R\$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado presencialmente, pago mediante reembolso. (Portal TRT-MG)

Sancionada lei que beneficia mulher vítima de violência

Outras três normas sugeridas por deputados foram publicadas, entre as quais a que trata da bolsa-atleta



Mulheres que sofrem violências motivaram lei sancionada nesta sexta (15)

Mulheres vítimas de violência terão prioridade em programas de qualificação profissional e emprego, geridos ou financiados pelo Poder Executivo. Essa é a determinação da Lei 24.216, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais desta sexta-feira (15/7/22).

A norma é fruto do Projeto de Lei (PL) 3.201/21, do deputado Glaycon Franco (PV), aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no dia 21 de junho.

Considerando que o assunto já está regulado pela Lei 22.256, de 2016, que cria a política de atendi-

mento à mulher vítima de violência no Estado, o texto sancionado insere no artigo 4º, entre as ações que poderão ser adotadas na implementação dessa política pública, dispositivo que contempla esse atendimento prioritário para a qualificação profissional e emprego.

BOLSA-ATLETA - Foi sancionada, ainda, a Lei 24.215, que se originou do PL 2.765/21, do deputado Cristiano Silveira (PT), aprovado também em 21/6. A norma altera as regras de distribuição do ICMS para os municípios, visando melhorar os incentivos ao desenvolvimento de projetos esportivos. Para isso, acrescenta a “bolsa-atleta” e a “bolsa-técnico” à tabela de atividades esportivas prevista no Anexo V da Lei 18.030, de 2009.

Essa tabela discrimina as ati-

vidades que os municípios podem realizar para pontuar no índice do chamado ICMS Esportivo. Já adotada por diversos municípios mineiros, a bolsa é um instrumento de incentivo e suporte para os atletas, principalmente aqueles que participam de campeonatos, abrindo também caminho para que eles se tornem competidores profissionais no futuro.

Também foi alterado o termo “Bolsa-Atleta Amador” para “Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico”. O objetivo é viabilizar a pontuação automática dos municípios beneficiários do programa “Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Estadual” nas modalidades olímpicas e paraolímpicas.

POSSE DE TERRENO DÁ DIREITO À ELETRIFICAÇÃO RURAL - Outra norma publicada nesta sexta-feira (15) é a Lei 24.214, que prevê o acesso aos serviços públicos de eletrificação, comunicação e saneamento

a consumidores que comprovarem a posse de imóvel rural. Antes era necessário comprovar a propriedade. A lei se originou do PL 2.613/21, do deputado Celinho Sintrocet (PCdoB), também aprovado pelo Plenário da ALMG em 21/6.

A nova norma acrescenta dispositivo à Lei 11.405, de 1994, que trata da política estadual de desenvolvimento agrícola e dá outras providências. O parágrafo acrescido ao artigo 2º ressalta que a oferta dos serviços também depende de “demais requisitos técnicos previstos em regulamento”.

A lei prevê a gratuidade para ligação nova ou extensão de rede de energia elétrica, no caso de consumidor pertencente à classe residencial rural, de baixa renda.

Segundo o autor da proposição, grande parte dos pedidos de novas ligações rurais feitos à Cemig é negada se não houver a comprovação

da propriedade do imóvel. Porém, uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) dispensa essa formalidade e assegura o direito à energia a todos que comprovarem a posse do imóvel.

VIDROS BLINDADOS - Por fim, foi publicada a Lei 24.217, que autoriza o Poder Executivo a receber doações de vidros blindados para veículos oficiais das Polícias Civil, Militar e Penal. A norma se originou do PL 3.248/21, do deputado Charles Santos (Republicanos), aprovado em 21/6 no Plenário. O texto incluiu a Polícia Penal entre os órgãos passíveis de receber as doações de vidros.

O texto ainda prevê que cabe à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) decidir qual órgão será beneficiado pela doação, no caso de haver mais de um interessado e de não haver na doação indicação do beneficiário. (Portal ALMG)

Projeto inclui nos currículos de Pedagogia e Psicologia conteúdos sobre Transtorno do Espectro Autista

O Projeto de Lei 1462/22 inclui nos currículos dos cursos superiores de Pedagogia, Psicologia e Psicopedagogia conteúdos referentes ao Transtorno do Espectro Autista.

Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta altera a lei que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/12).

Autor do projeto, o deputado Glauztein da Fokus (PSC-GO) ressalta que, embora a legislação já assegure o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino às pessoas com deficiência, “a formação de profissionais para atuar junto aos estudantes com deficiência ainda não corresponde às diversas necessidades desses alunos”.

“Especialmente os estudantes com Transtorno do Espectro Autis-

ta enfrentam muitas dificuldades em sua jornada escolar, uma vez que são estudantes que, via de regra, possuem dificuldades para se comunicar e muitas vezes não demonstram interesse nos conteúdos desenvolvidos em sala de aula ou que se dispersam facilmente, desafiando continuamente a equipe pedagógica da escola”, observou.

“Nesse sentido, a atuação dos profissionais das áreas de Pedagogia, Psicologia e Psicopedagogia é fundamental nas intervenções aplicadas no contexto escolar,

contribuindo para a inclusão educacional dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista no que tange à participação de equipe multidisciplinar, de professores e de pais, no contexto de ensino-aprendizagem”, completou.

TRAMITAÇÃO - A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Segurança Social e Família; de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Agência Câmara)

Comarca de Montes Claros - Estado de Minas Gerais. Edital de Citação. Prazo De 20 (Vinte) Dias. Primeira Vara Cível. A Exmª. Sra. Dra. Cibele Maria Lopes Macedo, MMª, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível desta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. Faz Saber a todos quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros/MG, processam os termos e atos da Ação De Execução requerida por Mapfre Seguros Gerais SA, (nova de nomeação de Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora SA contra Fagner Veloso Duarte, brasileiro, solteiro, vendedor, portador do RG nº 21955188 e do CPF nº 702.887.496-69, com endereço em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de três (03) dias, pagar em juízo a importância de R\$35.792,05 (trinta e cinco mil, setecentos e noventa e dois reais e cinco centavos), mais os acréscimos legais, sob pena de não o fazendo serem penhorados tantos de seus bens quantos bastem para assegurar a execução. Fica consignado que não havendo manifestação da parte executada, será nomeado Curador para representá-la nos autos. E, para que não se alegue ignorância, a MMª. Juíza mandou expedir o presente edital, na forma da lei, que será publicado pelos órgãos competentes e afixado no local de costume. Expedido nesta cidade de Montes Claros, aos dois dias do mês de maio de 2022. K-15e16/07

DE OLHO NA CIDADE
COM FILIPE GUSMÃO
SEGUNDA
QUARTA
SEXTA
19h
AO VIVO
GNM 2.1
99847-2759

Codema conhece estrutura e ações ambientais de farmacêutica

Durante a 157ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente de Montes Claros (Codema), representantes da Eurofarma, gigante do setor de fabricação de medicamentos, fizeram uma apresentação sobre a estrutura da empresa e suas ações socioambientais. A nova unidade da empresa está sendo construída em uma área de 280 mil metros quadrados no novo

Distrito Industrial de Montes Claros, na Estrada da Produção, e vai gerar 600 empregos diretos e 1.500 indiretos, com investimentos de R\$ 1,8 bilhão.

Os detalhes sobre a estrutura da empresa foram repassados aos conselheiros do Codema pela analista ambiental Maira Araújo e pelo engenheiro Guilherme Caldeira. Ambos citaram que a empresa está adquirindo mais 300 mil metros

quadrados para ampliar os investimentos.

O presidente do Codema e secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura, Soter Magno, explicou que "o prefeito Humberto Souto está investindo ainda mais na atração de empresas para gerar empregos, aumentar a renda das famílias e melhorar a qualidade de vida dos montes-clarenses".



Processo seletivo para agentes de saúde e de combate a endemias será neste domingo

Neste domingo (17), acontece a prova de múltipla escolha do processo de seleção para contratação de agentes de combate a endemias e agentes comunitários de saúde para atuar na Secretaria Municipal de Saúde

de Montes Claros. Os candidatos devem ficar atentos e consultar o cartão de inscrição com as informações sobre o local e o horário da avaliação.

O cartão de inscrição não foi enviado para a residência dos

candidatos. Assim, ele deverá ser acessado pelo site da empresa que está organizando o processo de seleção (https://www.cotec.fadenor.com.br/concurso?cod_vest=459). Na prova, serão cobrados conhecimentos

nas áreas de saúde e legislação municipal, além de questões de língua portuguesa e matemática. O resultado preliminar do processo será divulgado em 5 de agosto, sendo que o extrato das notas e o resultado final da se-

leção serão divulgados até o dia 22 de agosto.

A seleção dos candidatos será feita através de prova de múltipla escolha, que é de caráter eliminatório, e curso de formação inicial. Todas as informações

sobre o processo seletivo, assim como possíveis retificações do edital, estão no site da Cotec/Fadenor e podem ser acessadas pelo link https://www.cotec.fadenor.com.br/concurso?cod_vest=459. (Ascom PMMC)

SAMU realizará leilão de bens inservíveis na terça-feira



O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Norte de Minas (Cisrun)/SAMU Macro Norte realizará na terça-feira (19), um leilão de bens inservíveis. Ao todo são 24 lotes sendo 13 veículos, macas, cadeiras, pneus, sucatas de peças, extintores, equipamentos de informática, aparelhos de ar-condicionado, sofás, antenas de rastreadores de veículos, aparelhos

hospitalares e botes infláveis.

O leilão acontecerá na modalidade online pelo endereço eletrônico www.mgl.com.br. Os interessados já podem visualizar os equipamentos e realizar seus lances. Os equipamentos também podem ser visitados pessoalmente, de segunda a sexta-feira, no horário de 8 às 11h30 e de 14 às 17 horas, no galpão do Cisrun localizado na avenida Pi-

rio Ribeiro, nº 2.306, no bairro Monte Alegre, em Montes Claros.

O lote de menor valor é composto por sofás (R\$ 50), enquanto aquele com maior valor é composto por uma caminhonete Ford Ranger XL 2.2 ano 2012/2013 (R\$ 15 mil). O valor arrecadado com a venda dos materiais que já não tem utilidade para o Cisrun/SAMU será investido em novos equipamentos. (Ascom SAMU)

FÓRUM AVC

22
e
23
de
Julho
2022

U-AVC

Santa Casa Montes Claros

SANTA CASA
Montes Claros - MG

Projeto **CÉREBRO ATIVO - CORAÇÃO ALERTA**
Rotary Club de Montes Claros Teresa de Calcutá.

Informações e Inscrições

www.doity.com.br/forumavc2022

Apoio:

CADÚNICO

Prefeitura convoca mais de 27 mil famílias para atualizarem o cadastro

Atualizar os dados cadastrais dos grupos familiares para que eles não corram o risco de perder o Cadastro Único (CadÚnico) e os programas sociais do Governo Federal. Esse é objetivo da Prefeitura de Montes Claros ao convocar mais de 27 mil famílias do Município para atualizarem seus dados.

O CadÚnico é o principal instrumento para a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais federais, como a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de dar acesso ao Auxílio Brasil.

O Cadastro identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, que são aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda per capita) de até meio salário-mínimo (R\$ 606), ou renda familiar total de até três salários mínimos (R\$ 3.636,00).

O secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura, Aurindo Ribeiro, destaca que "com o Cadastro Único é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda, a partir de infor-

mações sobre todo o núcleo familiar, as características do domicílio, as formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família".

Embora a atualização seja feita a cada dois anos, é importante que os inscritos no CadÚnico alterem suas informações em caso de mudanças no padrão familiar. Para isso, o responsável pelo grupo familiar deve procurar um dos 11 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para atualizar os dados. "A família que não se recadastra corre o sério risco de perder seus benefícios", enfatiza o secretário.

Principais programas e benefícios sociais que utilizam o Cadastro Único: Carteira do Idoso, Programa Auxílio Brasil, Programa de Erradicação de Trabalho Infantil – PETI, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Brasil Carinhoso, Programa de Cisternas, Telefone Popular, Carta Social, Identidade Jovem (ID Jovem), Tarifa Social, Casa Verde Amarela/Minha Casa, Minha Vida, Passe Livre para

peçoas com deficiência, Isenção de Taxas em Concursos Públicos.

- CRAS Central - praça Raul Soares, S/Nº • (38) 2211-3474
- CRAS Renascença - rua Ivete Vargas, 421 • (38) 2211-3478
- CRAS São Judas - avenida Leonel Beirão de Jesus, 3363 • (38) 2211-3486
- CRAS Vila Oliveira - rua Gabriel Batista, 21 • (38) 2211-3470
- CRAS Rural - Mercado Central Municipal - Centro • (38) 2211-3480
- CRAS Delfino Magalhães - rua Maceió, 635 • (38) 2211-3464
- CRAS Santos Reis - rua Antônio Martins, 31 • (38) 2211-3458
- CRAS Maracanã - avenida Brasília, 538 • (38) 2211-3477
- CRAS Major Prates - rua Professor Raimundo Neto, 701 • (38) 2211-3456
- CRAS Independência - rua Guatemala, 298 • (38) 2211-3472
- CRAS JK - avenida Antônio de Freitas, 2.606 • (38) 2211-3460 (Ascom PMMC)



Abertas inscrições para Bolsas de Iniciação Científica

Estão abertas, até o dia 20 de julho, as inscrições para quatro bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para atuar em dois projetos do ICA, sendo eles: Atividade enzimática do solo sob diferentes sistemas de uso e manejo no Cerrado mineiro, coordenado pela professora Leidivan Almeida Frazão; e Propriedades do solo e produtividade de canais irrigados adubado com

biocarvão, coordenado pelo professor Luiz Arnaldo Fernandes. As bolsas têm vigência de 12 meses.

INSCRIÇÕES - Para se inscrever é preciso: Estar regularmente matriculado em um dos cursos de Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Florestal e Zootecnia da UFMG e não ser beneficiário de qualquer outro tipo

de bolsa de ensino, pesquisa ou extensão; Ter cursado, obrigatoriamente, a disciplina "Pedologia", e ter a conclusão de curso prevista a partir do primeiro semestre de 2023.

Dedicar, sem prejuízo de outras atividades curriculares, 20 (vinte) horas semanais ao projeto, inclusive no período de férias, cumprindo as atividades estabelecidas no plano de atividades.

Participar das atividades organizadas ou estabelecidas pelo(a) orientador(a). Apresentar relatórios parciais das atividades desenvolvidas, quando solicitados pelo(a) orientador(a), que serão anexados ao relatório final.

Elaborar relatório final de sua participação no projeto, para apreciação pelo(a) orientador(a). Participar das atividades da Semana do Conhecimento da UFMG e em

eventos científicos, apresentando trabalho como autor ou coautor.

Os interessados devem enviar a documentação prevista no edital para o e-mail: lafrazao@ica.ufmg.br.

SELEÇÃO - A seleção será realizada levando-se em conta os seguintes critérios: análise do histórico

escolar com rendimento semestral global (RSG) (40%) e análise de experiência em atividades de ensino, pesquisa e extensão (comprovadas por meio do currículo apresentado) (60%).

O resultado será divulgado até as 18h do dia 22 de julho.

Acesse o edital completo neste link: Edital de Selecao de Bolsistas IC. (Ascom ICA/ UFMG)



HÁ MAIS DE 20 ANOS OFERECENDO

SOLUÇÕES E INOVAÇÃO

em sistema de

SEGURANÇA ELETRÔNICA

**MONITORAMENTO DE ALARMES 24H • SISTEMA DE CÂMERAS • VÍDEO PORTEIRO
CERCA ELETRIFICADA • CONCERTINA • ALARMES • PORTARIA REMOTA • CONTROLE DE ACESSO**

Conheça todas as vantagens de nossa tecnologia

(38) 3222-6578 - 9 9742-4332

BR-251 | PRF apreende caminhão com chassi adulterado



Na última quinta-feira (14), a Polícia Rodoviária Federal apreendeu um caminhão com o chassi adulterado, que pertence a um veículo do Exército Brasileiro. A abordagem aconteceu no posto de fiscalização na BR-251, em Montes Claros. O policial Ciro Luiz de Freitas Alves explicou que o caminhão estava com os elementos de identificação suprimidos e não possível identificar o veículo original para saber se havia queixa de furto.

“O caminhão tinha placas de Capitão Enéas e seguia para Montes Claros. O veículo pertencia a uma empresa e o proprietário apresentou documentos oficiais que comprovaram que o caminhão estava

regular, mesmo sendo oriundo de fraude”. Ainda de acordo com o policial, o homem comprou o caminhão em Montes Claros, em fevereiro de 2021.

“Para entender a fraude, é necessária uma investigação. O proprietário compareceu espontaneamente na delegacia, prestou esclarecimentos e foi liberado. Se comprovada a boa-fé, ele foi vítima da fraude”. O caminhão foi removido ao pátio credenciado ao Detran e a ocorrência foi encaminhada para a Polícia Civil.

Em fevereiro deste ano, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizaram a Operação Fiat Lux que apurou a clonagem de

3,3 mil veículos do Exército. Foram cumpridos 82 mandados de busca e apreensão e cinco mandados de prisão em onze estados, incluindo Minas Gerais.

Conforme a investigação, as clonagens dos chassis do Exército só foram possíveis porque contaram com a participação de servidores do Detran e de despachantes. A investigação não apontou a participação de integrantes do Exército nas fraudes. A pedido da PF, a Justiça afastou das funções 95 servidores do Detran. Desse total, 85 atuam no Detran-SP; 7 no Detran-TO; e 3 no Detran-MG. Cerca de 20 despachantes também foram afastados das funções no estado de São Paulo.

Francisco Sá | Criminosos são presos em operação de combate aos crimes de extorsão e tráfico de drogas

Em Francisco Sá, dois homens foram presos em uma operação de combate aos crimes de extorsão, tráfico de drogas e roubo. A ação, denominada Ráquis, foi realizada pela Polícia Civil na quinta-feira (14) e cumpriu ainda seis mandados de busca e apreensão. “Segundo apurado, a investigação teve início há alguns meses com a instauração de um inquérito policial iniciado para apurar a denúncia de extorsão praticada pelos investigados. Os

relatos eram de que os suspeitos estavam extorquindo familiares de usuários para subtrair quantias de forma indevida”, divulgou a Polícia Civil.

Ainda de acordo com a PCMG, a investigação apontou também que o grupo investigado coordenava o tráfico de drogas em várias locais do município. “Dessa forma, com as diligências que antecederam a ação, os policiais civis identificaram os pontos de venda de drogas geren-

ciados pelo grupo, locais estratégicos, dentre eles, um dos principais parques da cidade, denominado Parque dos Namorados, local familiar e conhecido no município”.

Os policiais identificaram três suspeitos de participação na organização criminosa, um deles não foi encontrado e é considerado foragido. Diligências ainda estão sendo feitas para tentar localizá-lo. Os presos foram encaminhados para o sistema prisional.



Homem de 56 anos é assassinado com vários tiros



Na noite de quinta-feira (14), um homem, de 56 anos, foi assassinado a tiros em Três Marias, na região Central. A Polícia Militar foi acionada por uma testemunha que relatou ter escutado disparos de arma de fogo e gritos de uma mulher nas proximidades de um local conhecido como ‘Pontinha’, que dá acesso ao bairro Cemig.

Quando os militares chegaram ao local, encontraram o corpo de Claudece Pereira Gomes. Ao lado da vítima, foram achados sete estojos deflagrados e um projétil

calibre 380. A perícia foi acionada e constatou que o homem foi baleado nas costas, peito, nádega, ombro, face e na região lombar.

Conforme a PM, foi feito rastreamento, mas o autor ainda não foi identificado. Consta no boletim de ocorrência que a motivação pode ser passional, mas o caso será investigado pela Polícia Civil.

CRIMES | Outros dois homicídios foram registrados no município neste mês. Na última segunda-feira (11), um homem, de 29

anos, foi morto a tiros na frente da namorada. Segundo a Polícia Militar, a jovem contou que eles chegavam em casa, quando dois homens armados saíram de um matagal. Ela não soube dizer se os disparos foram efetuados pelas duas pessoas. No dia 7 de julho, um homem, de 26 anos, também foi assassinado a tiros enquanto cortava o cabelo. A polícia informou que o autor encapuzado invadiu o estabelecimento e atirou oito vezes contra a vítima, que foi atingida na cabeça.

Cartório Montes Claros - 2º Ofício
Endereço: Av. Deputado Esteves Rodrigues, 660, Sala 201, Centro, Montes Claros, MG - 39400-215
Horário de atendimento: De segunda à sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE MONTES CLAROS - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Montes Claros - 2º Ofício, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, CELIA CRISTINA MENDES SANTOS FERREIRA, CPF/CNPJ nº 56945817687, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(is), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) TERRA NOVA RODOBENS INCORPORADORA IMOB MONTES CLAROS I - SPE LTDA, ou ao endereço do Cartório Montes Claros - 2º Ofício, Av. Deputado Esteves Rodrigues, 660, Sala 201, Centro, Montes Claros, MG - 39400-215, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R\$ 11.974,92, em 16/03/2022, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 5905 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 55769, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Montes Claros - 2º Ofício. Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Montes Claros - 2º Ofício. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula “não à ordem”, nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário TERRA NOVA RODOBENS INCORPORADORA IMOB MONTES CLAROS I - SPE LTDA, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Montes Claros, 17 de Março de 2022

DANIELE ALVES RIZZO
Oficial de Registro

Cartório Montes Claros - 2º Ofício
Endereço: Av. Deputado Esteves Rodrigues, 660, Sala 201, Centro, Montes Claros, MG - 39400-215
Horário de atendimento: De segunda à sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE MONTES CLAROS - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Montes Claros - 2º Ofício, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, CLAUDIO NASCIMENTO AIVES DA SILVA, CPF/CNPJ nº 98611526600, CRISTINA MARTINS DE JESUS SILVA, CPF/CNPJ nº 07261133604, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(is), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) BANCO RODOBENS S.A. ou ao endereço do Cartório Montes Claros - 2º Ofício, Av. Deputado Esteves Rodrigues, 660, Sala 201, Centro, Montes Claros, MG - 39400-215, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R\$ 4.495,99, em 14/03/2022, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 75988 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 55587, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Montes Claros - 2º Ofício. Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Montes Claros - 2º Ofício. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula “não à ordem”, nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário BANCO RODOBENS S.A., nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Montes Claros, 15 de Março de 2022

DANIELE ALVES RIZZO
Oficial de Registro

Cartório Montes Claros - 2º Ofício
Endereço: Av. Deputado Esteves Rodrigues, 660, Sala 201, Centro, Montes Claros, MG - 39400-215
Horário de atendimento: De segunda à sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE MONTES CLAROS - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Montes Claros - 2º Ofício, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, RENILDO DE OLIVEIRA SILVA, CPF/CNPJ nº 03872775600, KATIANE CORDEIRO OLIVEIRA SILVA, CPF/CNPJ nº 08484405605, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(is), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) TERRA NOVA RODOBENS INCORPORADORA IMOB MONTES CLAROS I - SPE LTDA, ou ao endereço do Cartório Montes Claros - 2º Ofício, Av. Deputado Esteves Rodrigues, 660, Sala 201, Centro, Montes Claros, MG - 39400-215, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R\$ 11.268,97, em 13/03/2022, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 6492 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 55650, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Montes Claros - 2º Ofício. Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Montes Claros - 2º Ofício. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula “não à ordem”, nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário TERRA NOVA RODOBENS INCORPORADORA IMOB MONTES CLAROS I - SPE LTDA, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Montes Claros, 14 de Março de 2022

DANIELE ALVES RIZZO
Oficial de Registro

SUA TRANQUILIDADE. NOSSA RESPONSABILIDADE

TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA: NOSSA ESPECIALIDADE



(38) 3222 - 5427

PORTEIROS • VIGIAS • SERVENTES DE LIMPEZA
ZELADOR • SEGURANÇA DESARMADA EM EVENTOS

www.qualityrecursoshumanos.com.br



Cachaça é tema de festival em Salinas

Evento deve atrair 50 mil pessoas e movimentar R\$ 5 milhões em negócios

DA REDAÇÃO

Dar visibilidade às cachaças produzidas no Norte de Minas é o principal objetivo da 19ª edição Festival Mundial da Cachaça de Salinas que acontece até domingo (17). O evento é realizado pela Associação dos Produtores Artesanais de Cachaça de Salinas (Apacs) e terá workshop de tecnologia da cachaça do IFNMG, roteiro turístico, passeio ciclístico e shows.

De acordo com a diretora de Operações e membro da comissão organizadora do evento, Renata Romualdo Rodrigues, depois de dois anos sem o Festival, o pessoal estava muito ansioso pela realização desta edição. "Os produtores, os comerciantes, a Prefeitura... Todo mundo está trabalhando unido e com muita animação. A gente acha que vai ser o maior festival de todos os tempos", comenta Renata Rodrigues.

Jardel Nogueira, que faz parte

da equipe organizadora do festival, está otimista com a realização do evento neste ano. "O Festival movimenta a economia do município em muitos setores, como rede hoteleira, bares e restaurantes. A expectativa é que o evento este ano atraia 50 mil pessoas e movimente R\$ 5 milhões em negócios", destaca Nogueira.

Durante o festival, os visitantes ainda poderão participar de palestras sobre padrões de qualidade da cachaça, processo de destilação e envelhecimento, análise sensorial e regularização de estabelecimentos produtores, além de visitas ao Museu da Cachaça.

Para o analista do Sebrae Minas, Albertino Correia, o festival apresenta as potencialidades de Salinas e do Norte de Minas, para todo o país. "Queremos valorizar e ampliar a visibilidade das cachaças produzidas na região, além de apresentar outras potencialidades da economia local, como a confec-

ção e também o artesanato", explica Correia.

TRABALHO EM CONJUNTO

A produção de cachaça artesanal no Brasil teve origem no período colonial. Salinas ganhou notoriedade internacional quando passou a oferecer um produto apreciado e premiado nos principais mercados consumidores.

É neste contexto que o Sebrae Minas atua junto aos produtores locais desde a criação da marca "Região de Salinas", com apoio na conquista do selo de Indicação Geográfica (IG) da cachaça, concedido em 2012.

Para potencializar a gestão dos empreendimentos e consolidar a marca território "Região de Salinas", em 2015 o Sebrae Minas iniciou o "Projeto de comercialização da cachaça artesanal de Salinas e região", reunindo 23 produtores e standardizadores - estabele-

cimentos que elaboram um tipo de bebida padrão usando outros produtos já industrializados - de cachaça de alambique dos municípios associados à Apacs.

Nesse período, os produtores tiveram um aumento de 20% nos

canais de comercialização e a produtividade foi elevada em 4,9%, mesmo com aumento dos custos de produção da bebida. Tanto que bebida ganhou o mercado internacional, principalmente EUA e Europa (Alemanha, Itália, França,

Inglaterra e Portugal).

Além disso, a região deu um passo importante na construção da própria marca, instrumento que lhe confere singularidade, evita a falsificação e garante segurança ao consumidor.



A produção do mel de aroeira tornou-se um dos grandes potenciais dos apicultores no Norte de Minas nos últimos anos, especialmente após a conquista da Indicação Geográfica, comprovando características terapêuticas deste mel e os vários benefícios à saúde, chamando a atenção do mercado mundial. Diversas cidades produ-

toras iniciam neste mês o preparo para a colheita da nova florada, que já começa a colorir o cenário de mata seca, tornando-o rico para as abelhas. Em média, são produzidas 400 toneladas por ano somente deste tipo de mel na região.

No apiário de Geovanni Alves, na região de Bocaiuva, muitos favos já estão com o mel percolado.

Expectativa pela florada da aroeira no Norte de Minas



A expectativa dele é que a produção do mel de aroeira supere o que foi registrado em 2021. "Aqui para o nosso lado o ano passado foi ruim, produzi cerca de 600 kg da aroeira. Apesar das chuvas intensas no início deste ano, a expectativa agora é atingir ou passar os 800 kg. Hoje, o mel de aroeira representa um produto que está mostrando o Norte de Minas para o mundo, é da nossa região. Tem tido muito mais crescimento para o mercado, um produto com potencial e grande qualidade nutricional", afirmou Geovanni, que já foi assistido pelo Programa de Assistência Técnica e Gerencial

(ATeG).

Em Januária a expectativa também é de um bom aproveitamento da florada, ainda que neste momento não atinja patamares de anos anteriores. O produto, que até poucos anos atrás não era valorizado comercialmente, tem sido um dos principais sustentos do apiário de José Antônio Guedes Alves, que atua como apicultor desde 2005 e faz parte do ATeG nos últimos dois anos. "A florada ainda não está tão boa, mas, para este ano, a expectativa é chegar em cerca de uma tonelada. Sempre produzi mel de aroeira, mesmo na época que

ainda não tinha valorização. Lembro que já houve alguns anos que distribuí de graça o que produzia, pelo preconceito com méis escuros que existia no mercado. Após essas pesquisas, valorizou muito. Hoje, o valor de venda dele é melhor do que o mel claro no meu apiário", explicou o apicultor, que tem clientes no mercado local e em outros estados.

Técnico de campo do ATeG e com grande experiência na cadeia produtiva do mel, Gláucio Gurgel Spínola explica que a aroeira tem uma grande importância para a manutenção da renda e crescimento dos apicultores no Norte de estado. Ele destaca que a planta é extremamente adaptada ao semiárido e tem um diferencial grande: "Ela dá flores e produz néctar exatamente no período de seca. A florada da aroeira quebra um ciclo de vários meses sem chuvas, evita a ocorrência dos chamados 'apiários sanfonas', que só atuam nas águas. Se não fosse a florada da aroeira, estes apicultores ficariam sem produção por um período grande. Para 2022 devemos registrar uma produção mais modesta, porém, ainda assim importante e de boa

expectativa", comentou o especialista.

Segundo a Associação Pontense dos Apicultores e Meliponicultores (APAM), uma das entidades atuantes para o fomento da apicultura no Norte de Minas, a produção do mel de aroeira é a mais importante para os 120 associados da entidade. A expectativa para essa nova florada é que seja produzidos um total de 12 a 15 toneladas da variedade.

"Todos associados produzem mel de aroeira e alguns fazem migração das abelhas para florada da aroeira, representando uma importante fonte de renda destes apicultores. E a expectativa de que o mel tenha uma melhor valorização aumentou ainda mais com o selo de Indicação Geográfica. Hoje estamos com nossa produção sendo entregue no atacadado e também para envase com marca própria, disponibilizada nos comércios da região e também com a venda institucional para a merenda escolar", explicou a presidente da APAM, Genilza Mendes Ribeiro, que destaca que a produção da associação também já conta com selo de Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Conhecimento e técnica são importantes para a produção de mel

Gláucio explica que a planta da aroeira é rica em energia, fazendo com que a abelha não tenha dificuldades com o néctar e reduzindo o trabalho para manusear o mel. "Neste caso a abelha tem rendimento grande e em pouco tempo um alto índice de produção dentro da colmeia. Com pouco trabalho, já está quase pronto para o que é exigido de qualidade deste mel".

Mas, apesar do recurso natural tão valioso, a produção do mel de aroeira requer dos apicultores uma atuação ainda mais técnica, trabalho que tem sido feito ao longo dos últimos anos pela Regional de Montes Claros do Sistema Faemg, através de cursos, treinamentos e dos diversos grupos de ATeG.

"Todo o processo de floração é muito curto aqui no Norte de Minas em relação a outros biomas. Por isso não adianta fortalecer o enxame só próximo da florada. É preciso estimular a rainha, manter uma alimentação artificial e manejo adequado, para entrar na florada com enxame bem forte. Para o produtor que não recebe a assistência técnica e não se preocupa com estes pontos importantes a tendência é a produção cair. Estes são alguns dos diferenciais levados pelo ATeG. Não é só colocar a abelha no

mato e ficar coletando mel", alertou Gláucio Gurgel.

Como a aroeira é tipicamente da mata seca, os longos períodos de chuva podem ser prejudiciais. Neste aspecto, os apicultores precisam ficar atentos à quantidade de pólen que as abelhas vão levar para dentro dos enxames. "A aroeira produz muito pólen. Em solos mais secos a aroeira abriu mais. E o produtor precisa ficar atento nessa variação das primeiras que vão florir, que vão levar pólen para dentro do enxame. Em excesso, este pólen pode enfraquecer o enxame, e o apicultor precisa manter sempre certo espaço no enxame para a rainha fazer a postura. São cuidados pontuais para evitar um enxame fraco e a baixa produção", finalizou Gláucio.

Foi exatamente após a chegada de novos conhecimentos no apiário, que José Antônio Guedes viu a produção crescer. Hoje, com 141 caixas produtivas, com destaque ao mel de aroeira, 90% do sustento e da renda da casa vem da produção de mel. E não é só ele que tem apostado e investido na cadeia produtiva de produtos apícolas. "Comecei com muitas dificuldades, sem estrutura. Aqui na região já teve períodos que eu fiquei sozinho como apicultor, muitos desistiram. A

chegada do ATeG contribuiu bastante, valorizando o trabalho no campo e o produto final. E isso ajuda na valorização do mel de aroeira, o que é gratificante. Hoje temos vários apicultores vivendo da apicultura, tendo o mel de aroeira como carro-chefe. Agora muitos jovens estão sendo atraídos para a atividade, com conhecimento e técnica desde o início", destacou o apicultor.

Presente nas primeiras turmas de ATeG Apicultura no Norte de Minas, Geovanni Alves, que hoje tem cerca de 220 caixas com produção de mel, lembra como foi o início da atividade e o patamar atual, com a região sendo cada vez mais reconhecida pela produção de méis especiais.

"O crescimento da apicultura é algo sensacional. Ouço de muitos apicultores mais velhos que falavam da dificuldade de se manter o apiário. Hoje estamos com cooperativa, entreposto. Vemos o nosso trabalho, o trabalho da Faemg e junto aos demais órgãos envolvidos, sendo respeitado, trazendo este reconhecimento, levando o nome da cidade e da região. Hoje o mel de aroeira representa um produto que está colocando o Norte de Minas para o mundo. Eu acredito muito em mais crescimento. O mel da aroeira será minha aposentado-

ria. Quem estiver aportado com essa produção vai longe. A produção de

mel vai nos levar a caminhos que nós mesmos nem acreditamos", finalizou

o apicultor de Bocaiuva. (RICARDO GUILMARAES - Colaborador)

OPORTUNIDADE

VENDE-SE

Cobertura de luxo, ao lado do Hotel Dubai, Edifício Dr. Jose Estevam, com vista privilegiada e preço de oportunidade!

Ligue agora e faça-nos uma visita!
(38) 9 8401-7670

Brasil tem 156,4 milhões aptos a votar nas eleições de outubro



ANTONIO AUGUSTO / ASCOM-TSE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou ontem (15) o número de eleitores aptos a votar no pleito de outubro deste ano. De acordo com o TSE, 156,4 milhões de pessoas poderão comparecer às urnas no dia 2 de outubro para escolher presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores, além de senadores, deputados federais, estaduais e distritais.

Em caso de segundo turno para a disputa presidencial e para governos estaduais, a eleição será em 30 de outubro.

As informações do cadastro eleitoral mostram que a maior parte do eleitorado é formada

por mulheres - são 82,3 milhões de eleitoras, número equivalente a 52,65% do total. Os homens são 74 milhões e correspondem a 47,33%.

Com 22,16% do total de eleitores, o estado de São Paulo é o maior colégio eleitoral do país. Conforme estatística do TSE, a cada cinco eleitores brasileiros, um está no estado.

Minas Gerais tem o segundo maior colégio eleitoral, com 10,41% do total, seguido pelo Rio de Janeiro, com 8,2%.

O número de jovens entre 16 e 17 anos que poderão votar aumentou, passando de 1,4 milhão no pleito de 2018, para 2,1 milhões

no neste ano.

O eleitorado acima de 70 anos também aumentou, passando de 12 milhões para 14 milhões entre as duas eleições.

Também houve mudança no nível de escolaridade da maioria do eleitorado. Neste ano, 41,1 milhões (26,31% do total) declararam ter ensino médio completo. Nas eleições gerais anteriores, realizadas em 2014 e 2018, a maioria era composta por pessoas com ensino fundamental incompleto.

O eleitorado brasileiro cresceu 6,21% em relação ao pleito de 2018, quando o total de pessoas aptas a votar foi de 147,3 milhões. (Agência Brasil)

Cidades se preparam para receber voto em trânsito

Os municípios com eleitorado superior a 100 mil pessoas já podem habilitar locais de votação convencionais ou específicos para o recebimento do voto em trânsito, permitido somente nessas localidades. A data está prevista no calendário eleitoral.

A medida deve ser cumprida para permitir que o eleitor possa solicitar o voto em trânsito, cujo prazo começa na segunda-feira (18) e vai até o dia 18 de agosto. Na ocasião, o cidadão poderá in-

dicar o local, fora de seu domicílio eleitoral, onde pretende votar.

O voto em trânsito é permitido somente para eleitores que estão com o título regularizado. Quem estiver fora de seu estado poderá votar somente para presidente da República. O eleitor que estiver fora de sua cidade, mas em um município localizado no mesmo estado, poderá votar para todos os cargos em disputa.

Essa modalidade não vale para urnas eletrônicas instaladas no ex-

terior, porém, o eleitor brasileiro que mora fora do país, mas estará no Brasil no período de eleições poderá solicitar o voto em trânsito.

O primeiro turno será realizado no dia 2 de outubro, quando os eleitores vão às urnas para eleger o presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. Um eventual segundo turno para a disputa presidencial e aos governos estaduais será em 30 de outubro.

(Agência Brasil)



AUBIAS PINHEIRO/SECOM-TSE

Quando o assunto é **medicina do trabalho e segurança do trabalho**, o compromisso é **nosso**.

@andersonclayton



CONTREI
GESTÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO,
MEDICINA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE

24 ANOS

(38) 3224-7461
Rua Carbono, 168
Vila Brasília Montes Claros/MG

Campeonato Rural de Montes Claros começa neste domingo

DIVULGAÇÃO



O Campeonato Rural de Futebol de Montes Claros, o "Ruralzão", está de volta. Promovido pela Prefeitura de Montes Claros, o campeonato teve sua última edição em 2019, sendo depois interrompido devido à pandemia de coronavírus.

A primeira rodada será neste domingo (17), com jogos nas localidades de Lagoinha, Facela, Samambaia, Barreiras, Nova Esperança e Santa Rosa de Lima. O Campeonato Rural é disputado há mais de 30 anos na cidade, em duas categorias (Aspirantes e Titulares).

Em 2022, treze equipes estão na disputa, divididas em três chaves:

CHAVE A

- Samambaia
- Barreiras
- Estrelinha de Aparecida

- Canoas
- São Pedro
CHAVE B
- Imperador de Nova Esperança
- Santa Rosa
- Ermidinha
- Vila Nova de Minas

CHAVE C

- Lagoinha
- Facela
- Serra Verde
- Campos Elíseos

1ª Rodada (17/07 - Domingo):

Em Lagoinha:

- 13h30 - Lagoinha X Campos Elíseos (Aspirantes)
- 15h30 - Lagoinha X Campos Elíseos (Titular)

Em Facela:

- 13h30 - Facela X Serra Verde (Aspirantes)

- 15h30 - Facela X Serra Verde (Titular)

Em Samambaia:

- 13h30 - Samambaia X Canoas (Aspirantes)
- 15h30 - Samambaia X Canoas (Titular)

Em Barreiras:

- 13h30 - Barreiras X Estrelinha de Aparecida (Aspirantes)
- 15h30 - Barreiras X Estrelinha de Aparecida (Titular)

Em Nova Esperança:

- 13h30 - Imperador de Nova Esperança X Vila Nova (Aspirantes)
- 15h30 - Imperador de Nova Esperança X Vila Nova (Titular)

Em Santa Rosa de Lima:

- 13h30 - Santa Rosa X Ermidinha (Aspirantes)
- 15h30 - Santa Rosa X Ermidinha (Titular) (Ascom PMMC)

Paulo Pezzolano admite saídas no Cruzeiro e cita dois jogadores

O Cruzeiro vive processo de reformulação de parte do elenco para a sequência da Série B do Campeonato Brasileiro. Em meio às chegadas de reforços - até aqui, três foram anunciados -, o clube admite que também haverá saídas.

O próprio técnico Paulo Pezzolano confirmou a necessidade de não trabalhar com um elenco 'inchado'. "Algum jogador vai sair. Se vai trazer algum reforço para uma posição que tenha jogadores, algum jogador tem que ficar fora. Não podemos ficar com 35 jogadores", disse.

Até aqui, o Cruzeiro anunciou as contratações do zagueiro Luís Felipe, do lateral-esquerdo Marquinhos Cipriano e do atacante Bruno Rodrigues. A diretoria celeste

também está em negociação com o Athletico-PR para ter, por empréstimo, o volante uruguaio Pablo Siles. Waguinho e Pedro Castro

Por outro lado, alguns nomes devem sair. O técnico Paulo Pezzolano admitiu que o volante Pedro Castro e o atacante Waguinho não têm jogado tanto para não estourar o limite de partidas na Série B. Se eles atuarem sete vezes pelo Cruzeiro, não poderão atuar em outro clube da competição.

"É uma coisa interna, mas vou falar. Waguinho e Pedro Castro ficam fora porque, se jogam sete jogos, já não podem se transferir para outra equipe. Eu não quero atrapalhar a carreira deles. Como treinador, como ser humano. Eu fui jogador. Se o Waguinho jogar um

jogo a mais, não pode ir para outra equipe. Tenho que deixá-lo fora", pontuou.

Waguinho, de fato, já jogou seis partidas pelo Cruzeiro na Série B. Pedro Castro, por sua vez, atuou três vezes na competição. A dupla foi acionada por Pezzolano na derrota por 3 a 0 na última terça-feira para o Fluminense, no Mineirão, já que o compromisso era pela Copa do Brasil.

"Não temos dinheiro para reforçar. Temos que fazer esse buraco para colocar outro jogador. E os jogadores que não estão jogando ficam sem competir. Eles querem jogar. Então é isso, vamos ver todas essas coisas quando abrir a janela", completou o treinador. (Superesportes)



MARCO FERRAZ/CRUZEIRO

Diretoria do Atlético se reúne e dá chance a Turco Mohamed contra Botafogo



MARCO FERRAZ/CRUZEIRO

A diretoria do Atlético fez uma reunião nessa sexta-feira (15) para avaliar o momento do time e debater a possibilidade de demissão do técnico Antonio 'Turco' Mohamed. A cúpula alvinegra está dividida sobre o tema, mas a decisão de momento é dar mais uma chance ao comandante argentino.

A pressão sobre Turco é crescente pelo desempenho irregular e, principalmente, pela eliminação para o Flamengo nas oitavas de final da Copa

do Brasil, na última quarta-feira. Mais do que puramente a queda, a diretoria se irritou pela forma como o time jogou - foi amplamente dominado, perdeu por 2 a 0 e não deu chutes certos durante toda a partida.

Neste momento, a ideia da diretoria é manter o treinador pelo menos até a próxima partida. O Atlético enfrenta o Botafogo neste domingo, a partir das 18h, no Nilton Santos, pela 17ª rodada do Campeonato Brasileiro.

A depender de uma combinação de resultados, o Galo pode até assumir a liderança da competição. O time está em quarto, com 28 pontos - só dois a menos que o primeiro colocado Palmeiras (30). Corinthians (29) e Internacional (28) aparecem em segundo e terceiro, respectivamente.

A partida pode dar sobrevida a Turco no Atlético. Mas, internamente, há quem defenda que, mesmo com uma eventual vitória no Rio de Janeiro, o treinador não deve

continuar, conforme apurou o Superesportes.

Logo depois da derrota para o Flamengo, a diretoria atleticana estava decidida pela manutenção do treinador. Em seguida, em certo momento, a pressão aumentou, e uma possível demissão ganhou força. De 'cabeça fria', os dirigentes se reuniram novamente e, neste momento, resolveram dar mais uma chance ao comandante. (Superesportes)

Mancini vê equilíbrio, mas diz que América pode sonhar na Copa do Brasil

Após a classificação às quartas de final da Copa do Brasil, com vitórias consistentes nos dois jogos contra o Botafogo, o técnico Wagner Mancini disse que o América tem o direito de sonhar alto na competição. O treinador, no entanto, ressaltou as dificuldades do torneio, que agora conta com apenas clubes da Série A - Athletico-PR, Atlético-GO, Corinthians, Flamengo, Fortaleza, Fluminense

e São Paulo também estão na disputa pelo título. "Acima de tudo temos que enxergar que ficamos oito equipes de Série A, então os jogos vão ser extremamente equilibrados, não só pelo teor da competição, mas em cima dessas equipes, que vão olhar com muito carinho, porque é um campeonato que todo mundo quer ganhar, porque te dá, além de uma ascensão, uma vaga na Libertadores de 2023.

Só isso é o suficiente para que todos corram atrás desse título", comentou o comandante, após o triunfo sobre os cariocas nessa quinta-feira, no Engenhão, no Rio de Janeiro.

"Dá para sonhar, porque ao longo da competição várias equipes que não eram favoritas chegaram ao título. Acho que nesse momento temos o direito de sonhar. Se vamos chegar até lá ou não, já é

uma outra conversa, depende muito do que vai acontecer daqui para frente nos jogos", complementou Mancini.

O América eliminou o Botafogo nas oitavas de final com vitórias por 3 a 0, no Independência, e 2 a 0, no Engenhão. O Coelho teve o maior placar agregado desta fase do torneio. Além disso, essa foi apenas a segunda vez em que o clube mineiro avançou às quartas

de final em sua história.

Em 2020, o clube teve a melhor participação na Copa do Brasil. Na ocasião, o time treinado por Lisca chegou a eliminar os tradicionais Corinthians e Internacional, mas parou nas semifinais diante do Palmeiras.

PRÓXIMOS DESAFIOS

Os duelos das quartas de final

da Copa do Brasil ainda serão sorteados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). No calendário base, estão reservadas datas para os duelos de ida e volta nas semanas de 27 de julho e 17 agosto.

Agora, o Coelho volta às atenções para o Campeonato Brasileiro. O time enfrentará o Red Bull Bragantino no domingo, às 19h, no Independência, pela 17ª rodada da competição. (Superesportes)

Na MASTEC, você recebe a impressora a custo zero e só paga a cópia! Consulte nossas condições.

Rua Bocaiuva, 583 Centro - Montes Claros - MG Fone (38) 3214-1202
Av. Cônego Ramiro Leite, 30A - Centro - Januária - MG Fone (38) 3621-1000
Av. Pio XII, 433 - Santos Dumont - Pirapora - MG Fone (38) 3742-2001



EM PORTUGAL - De repente resolvi conhecer o sul de Portugal e estou aqui hospedado, atendendo convite neste magnífico Hotel Muthu Clube Praia (foto) que é realmente espetacular. Todos os apartamentos com varandas individuais com vista para praia que fica bem em frente. Excelentes restaurantes, piscinas gigantes e um jardim com esculturas gregas que é um luxo. Cheguei aqui quarta-feira e já estou curtindo as praias, conhecendo novos lugares e me sentindo muito feliz por estar viajando com minha filha Samantha Paulino.



FOTOGRAFEI na praia minha companheira de viagem que por sinal só me dá carinho. Aqui, em Algarve nem parece que estamos em Portugal, pois a língua oficial é mesmo o inglês devido ao grande número de turistas estrangeiros. Samantha está colocando seu inglês em prática.

ALBUFEIRA

É uma cidade litorânea na região do Algarve, que fica no sul de Portugal. A antiga vila de pescadores se tornou um destino de férias muito procurado, com praias e uma agitada área com atrações noturnas. Atualmente, os pescadores locais usam a moderna marina, que também é uma fase para mergulhos, observação de golfinhos e passeios de barco. Ela é cercada por prédios residências coloridos, com um calçadão à beira mar. Neste final de semana vamos conhecer as praias e Lagos, que são consideradas das mais belas do mundo.

ACERTOU NA MOSCA

J.R. Guzzo é muito bom em assertivas. Veja o que ele disse: É difícil dizer qual é a maior mentira que Lula está vendendo em sua campanha eleitoral; seria talvez mais prático procurar se ele diz alguma verdade. A mentira-chefe, é lógico, é a história de que ele foi inocentado "pela Justiça".

SHOW PADRE FÁBIO DE MELO

Logo mais, no Parque de Exposições, os Gêmeos Produções e a Sociedade Rural promovem o esperado show do Padre Fábio de Melo em caráter beneficente. Abertura dos portões será a partir das 18h30, haverá setor de cadeiras gratuito para maiores de 60 anos, serão cadeiras limitadas e por ordem de chegada. O público poderá levar sua cadeira, banco ou similar. Menores de 16 anos só entrarão acompanhados dos pais.

WILLIAM WAACK

Já o maior articulista brasileiro, William Waack, também não deixa por menos ao avaliar o Congresso: "A armadilha política da aprovação da PEC Kamikaze fechou-se como se previa: o conjunto das forças políticas suporta a compra de votos disfarçada de medida de emergência. Esse agrado oportunista ao eleitor é a essência da atividade de partidos de baixa representatividade, sem lideranças de expressão genuína, voltados para a defesa de interesses privados, regionais, corporativistas ou segmentados".

O CARLISMO ESTÁ DE VOLTA

ACM Neto o ex-prefeito de Salvador e ex-deputado federal pela Bahia tem tudo para igualar mais um passo político do seu avô, Antônio Carlos Magalhães, falecido em 2007 e um dos nomes mais importantes da política baiana. Aos 43 anos, ACM Neto já foi três vezes deputado federal (como o avô) e duas vezes prefeito de Salvador, apesar de ter ocupado o cargo apenas uma vez, e chegaria ao Palácio de Ondina pela primeira vez, condição que seu avô vivenciou de 1991 a 1994.



EXISTEM muitos restaurantes a beira mar com preços razoáveis e neste verão bravo com mais de 40 graus. Como estamos em julho, as praias, bares, restaurantes estão superlotados de jovens e muita gente bonita e bronzeada.



EM OUTRA PARTE do gigantesco jardim, uma gruta com a imagem de Nossa Senhora de Fátima que a noite ganha uma iluminação especial. Um show!



UM CLOSE nos irmãos Clerio e Ludmila Muratori.



NO MAX MIN CLUBE: Pedro Almeida, Rose Ane Afonso, Nilda Ruas, Leni Tolentino, Charles Caldeira e Marly de Paula.



RENATO CORRÊA MACHADO e Sabrina Cardoso se tornaram papais da pequena Maitê.



NÃO EXISTEM barracas nas praias e sim muitos bares e restaurantes na orla que fica na parte alta.



VEJA parte do maravilhoso jardim do Hotel.



O SUPER BROTO Gaby, veio da Dinamarca onde reside para férias com o pai Afonso Henrique que lhe ofereceu uma linda festa.

VAP & VIP

O MONTES-CLARENSE, Nelson Rocha, que é arquiteto, passou por teste de QI, conhecido como um mediador de inteligência cognitiva e atingiu 143 pontos, o equivalente a 99,8% de QI e entrou para a lista dos mais inteligentes do mundo. Ele é filho de Marcos Campos e Nilza Rocha. Aplausos...

CORTE NA TARIFA de energia e gasolina fará o país ter deflação em julho e agosto. País não tem IPCA negativo desde 2020, ano em que a economia foi fortemente afetada pela Covid. Analistas ponderam que alívio será de curto prazo e que ocorre em ano eleitoral.

IMPRESSONANTE como os pré-candidatos à Assembleia Legislativa e Câmara Federal estão "aparecendo". Época de eleições é assim mesmo com muitos abraços, tapinhas nas costas e fotos nas redes sociais.

LENDO AS MANCHETES é fácil concluir que algo se rompeu. Pandemia. A guerra da Rússia na Ucrânia. O derretimento político e econômico no Sri Lanka. O assassinato do ex-primeiro-ministro no Japão. E nos Estados Unidos: inflação, massacres, o acerto de contas sobre o 6 de janeiro e o fim do direito ao aborto.

HOJE É DIA da deliciosa feijoada no Bar e Espetaria FALA FINA, a partir das 11h. Handrey Paulino está lá de segunda a sábado, oferecendo sempre um menu variadíssimo, bem como cervejas geladíssimas e excelentes drinks.

A AGENCIA Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou, nesta semana o uso emergencial da vacina contra a Covid-19, Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a Sinovac, para crianças de 3 a 5 anos, não imunocomprometidas. A decisão foi tomada por unanimidade dos cinco diretores.

O TEMA fidelidade partidária é muito debatido e repleto de polémicas, alterações legislativas e jurisprudenciais ao longo dos anos. As alterações legislativas acabam sendo resultado da pressão dos congressistas eleitos, que promovem mudanças na lei para proteger o interesse político do momento. Foi sempre assim e vai continuar sempre assim. Isso é uma vergonha.